



## «NOVA SEDE DA CGD»

---

### **A construção da nova sede da CGD: da decisão ao lançamento da primeira pedra**

O mês de julho marca a data do arranque oficial das obras da construção da nova sede da CGD, sediada na Av. João XXI, em Lisboa. Efetivamente, foi a 15 de Julho de 1987 que, se realizou a cerimónia de lançamento da “primeira pedra”, com a presença dos membros do Conselho de Administração constituído por Alberto Alves de Oliveira Pinto (Presidente), José Pires Lourenço Vice-Presidente), José Nicolau Pires Correia, Rui Jorge Martins dos Santos, Fernando Gomes do Carmo, Carlos Alberto de Oliveira Cruz, Álvaro João Duarte Pinto Correia, Amílcar Junqueira Martins (vogais); membros do Gabinete das Novas Instalações, que na CGD iria acompanhar a obra, bem como representantes do consórcio vencedor que iria edificar o edifício. Esse evento foi assinalado pela colocação, num sarcófago de pedra, de um rolo metálico contendo um documento em pergaminho, no qual estava redigido o auto marcando o início das obras, bem como algumas moedas cunhadas nesse ano. O sarcófago de pedra foi depois selado e colocado nas fundações, numa zona central do edifício. Com este marco iniciava-se um longo processo de construção, precedido de um outro período, não menos longo e conturbado que esse iniciou em 1981 e que só iria terminar em março de 1994.

Foi em 1981 que o Conselho de Administração presidido por Oliveira Pinto e pelos administradores Pires Lourenço (Vice-Presidente), Pires Correia, Raul da Silva Pereira, Ribeiro Moreira, Tavares Moreira, José Joaquim Fragoso e José Mascarenhas, sentiram necessidade e decidiram concentrar num único espaço os serviços da CGD instalados em cerca de 26 edifícios dispersos pela cidade de Lisboa. Na carta de apresentação da proposta ao ministro das finanças, Ernâni Lopes, o presidente da CGD expunha os inconvenientes da dispersão geográfica dos serviços, da falta de condições de trabalho dos mesmos, demonstrando, pelo contrário os benefícios que adviriam pela racionalização e funcionalidade dos vários departamentos e o melhor atendimento ao público. Uma resolução do Conselho de Ministros de 13 de agosto autoriza a aquisição do terreno. Não tinha sido fácil encontrar, em Lisboa, uma área disponível para construção com a extensão necessária para a construção proposta. O local identificado e escolhido recaiu num terreno situado junto ao Campo Pequeno, na Av. João XXI, onde funcionar a Fábrica de Cerâmica Lusitânia.



Concretizada a aquisição do terreno, a CGD, em Fevereiro de 1983 informava a Câmara Municipal de Lisboa da intenção de construir um edifício para a sua Sede, ao mesmo tempo que solicitava algumas garantias à não obstrução à aprovação do projeto. Entretanto a CGD elaborou o programa de concurso para a construção, com base em cinco parâmetros prioritários, a saber: representatividade, habitabilidade, flexibilidade, segurança e gestão. Eram estes requisitos que os 10 gabinetes selecionados, depois de um concurso nacional, deveriam respeitar na elaboração das soluções arquitetónicas a apresentar.

Para analisar as diversas propostas foi criado um conselho consultivo, nomeado pela administração da Caixa. Compunham o referido conselho os representantes da Câmara Municipal de Lisboa, (Eng. Nuno Krus Abcasis), do Instituto Português do Património Cultural (Dr. João Palma Ferreira), do Conselho Superior de Obras públicas (Eng. Jorge Carvalho de Mesquita), da Academia Nacional de Belas Artes (Prof. Pintor Aires de Carvalho), do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Eng. José Teixeira Trigo), do Departamento de Arquitetura da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (Prof. Arq. Augusto Pereira Brandão) e do Centro Nacional de Cultura ( Dra. Helena Vaz da Silva).

Sem tentar influenciar qualquer decisão na escolha, o Conselho de Administração da Caixa fez, no entanto notar a sua perspetiva arquitetónica ao referir que o edifício deveria constituir “um marco arquitetónico, estética e urbanisticamente equilibrado”. Foram necessárias 3 reuniões de análise e uma de decisão, que decorreram entre 23 de abril e 6 de maio de 1985, para se escolher a solução final, que recaiu num consórcio constituído pela Lusotecna e o gabinete do arquiteto Arsénio Cordeiro. Por despacho de 29 de maio, o CA da Caixa Geral de Depósitos, após tecer algumas considerações sobre o relevante papel do Conselho Consultivo e o elevado nível das propostas apresentadas a concurso, concordou com a opção selecionada pelo CC e aprovou a mesma proposta. A identificação pública dos diversos projetos só seria efetuada numa reunião a realizada no dia seguinte, com os representantes de todos os concorrentes e na qual se deu a conhecer a decisão final da Caixa.

Após a divulgação pública da proposta selecionada, as reações na comunicação social, dos mais diversos setores, não se fizeram esperar, com a presença relevante para os concorrentes eliminados. Engenheiros e arquitetos, alguns de renome a nível nacional, individualmente ou através das suas corporações foram efusivos nos seus comentários não apenas quanto à opção arquitetónica mas também quanto aos custos envolvidos na futura construção. A polémica foi assaz intensa, ao ponto de o assunto ter chegado à Assembleia da República e haver necessidade de prestar esclarecimentos, por diversas vezes, à tutela, que por sua vez os fazia chegar aos diversos interlocutores institucionais.



É no decorrer de toda esta polémica que em Outubro de 1985 deu entrada na Câmara Municipal de Lisboa o projeto de licenciamento para a construção do edifício sede da CGD, o qual seria aprovado em maio de 1986. De imediato a Caixa Informou a tutela de que, se não fossem fornecidas informações em contrário, iriam ser lançados vários concursos de empreitadas. A Secretaria de Estado do Tesouro manifestou a sua concordância no arranque das obras não sem que antes tivesse dado orientações no sentido de tudo ser executado “dentro dos parâmetros de rigor e austeridade tão caros à Instituição”.

Efetuados alguns trabalhos de movimentações de terras e construção de alguns muros de suporte de terras realizou-se a 15 de julho de 1987 a cerimónia oficial de lançamento da primeira pedra, que marca o arranque oficial dos trabalhos de construção do novo complexo de sede da CGD, o qual viria a ser dado como concluído em 1994 com a transferência da Administração e da sede social da Caixa Geral de Depósitos, SA no dia 14 de março deste ano. Foi um longo período de grandes movimentações, contratemplos, reformulações, contestações, ajustamentos de prazos e custos que se desenrolou a construção deste edifício que, quer se goste ou não, marcará para o futuro a arquitetura de Lisboa e do qual o seu autor, o arquiteto Arsénio Raposo Cordeiro dirá em 1996 “da qualidade da obra, o tempo falará por si”.

Zacarias Dias

Gabinete do Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos

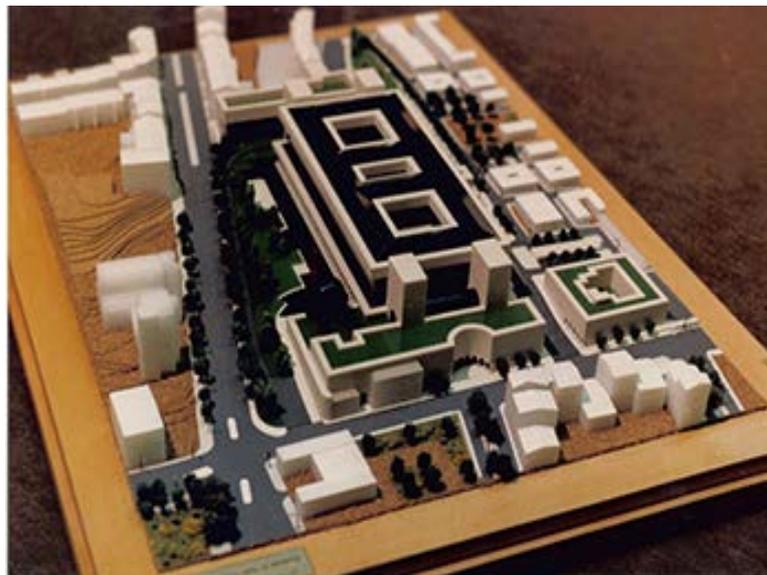
Julho de 2013



## Galeria de imagens



1. Terreno de implantação do edifício



2. Maquete original vencedora



3. Leitura do auto



4. O Presidente do CA coloca o auto no sarcófago



5. Selagem do sarcófago



6. Colocação do sarcófago nas fundações do edifício



7. Edifício Sede da Caixa Geral de Depósitos